

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS DA TERCEIRA EMISSÃO DO

PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF n.º 08.486.528/0001-24

Administração e Gestão

PÁTRIA

INVESTIMENTOS

Pátria Investimentos S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar, São Paulo, SP

Distribuição pública de quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da terceira emissão ("Quotas" e "Terceira Emissão", respectivamente) do Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), até o montante total de:

R\$ 70.547.400,00

Registro na CVM: A Terceira Emissão foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob nº CVM/SRE/RFP/2008/065, em 12 de novembro de 2008.

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 391/2003, tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confiram o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários ("Valores Mobiliários") de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de energia, e que atendam aos requisitos descritos neste Prospecto.

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenado pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38 (o "Distribuidor"). A Terceira Emissão será composta por até 60.000 (sessenta mil) Quotas, com preço unitário de emissão de R\$ 1.175,79 (mil cento e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos) (o "Preço de Emissão"). A Terceira Emissão foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Quotistas do Fundo, realizada em 03 de novembro de 2008, e registrada no 7º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º [●].

O Fundo foi constituído pelo Pátria Investimentos S.A., na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), em 21 de novembro de 2006, sendo que seu atual regulamento encontra-se registrado no 7º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1574942 ("Regulamento").

O público alvo da Terceira Emissão é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 2 deste Prospecto, nas páginas 18 a 20.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), das taxas de administração devidas ao Administrador, da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador, das despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o investidor tenha que arcar, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

"A autorização para funcionamento do Fundo e/ou negociação das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo."

"Os investidores devem ler a Seção Fatores de Risco, nas páginas 18 a 20."

"As Quotas objeto da presente Oferta não serão negociadas em bolsa de valores ou em sistema de mercado de balcão organizado, não podendo ser assegurada a disponibilidade de informações sobre preços praticados ou negócios realizados."

A data deste Prospecto é **04 de fevereiro de 2009**

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	11
Características da Oferta.....	12
Negociação das Quotas.....	14
Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta	14
Outras Informações	14
Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo.....	15
Declaração do Administrador.....	16
Declaração do Distribuidor	16
3. FATORES DE RISCO	17
Restrições ao resgate de quotas e liquidez reduzida	18
Propriedade de Quotas Vs. Propriedade dos Valores Mobiliários.....	18
Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários	18
Pagamento Condicionado das Companhias Investidas.....	19
Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários	19
Não existência de Garantia de Rentabilidade	19
Risco Regulatório do Setor de Energia	19
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos.....	19
Outros Riscos	20
Informações Contidas Neste Prospecto	20
Riscos Relativos ao Ambiente Macroeconômico	20
Riscos Relacionados ao Setor Elétrico	21
4. PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	23
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	24
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	24
Administração e Gestão do Fundo	24
Prestadores de Serviço do Fundo.....	26
Objetivo do Fundo	27
Investimentos do Fundo	27
Período de Investimentos para a Formação da Carteira.....	29
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas.....	33
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	33
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	34
Inadimplência dos Quotistas.....	36
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos.....	37
Assembléia Geral de Quotistas	38

Comitê de Investimento	38
Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses	40
Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	41
Taxa de Administração e Encargos do Fundo.....	42
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	44
Atendimento aos Quotistas	46

5. EMPRESA DE INVESTIMENTO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. 47

Informações sobre a ERSA.....	48
Descrição do Negócio	48
Tese de Investimento	48
Investimentos	49
Capital Social	49
Informações Financeiras, Periódicas e Eventuais	49

6. ANEXOS 51

Anexo I – Cópia da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, realizada em 03 de novembro de 2008, deliberando sobre a Terceira Emissão
Anexo II – Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto
Anexo III – Cópia das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo em 31 de dezembro de 2007
Anexo IV – Cópia das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo em 30 de junho de 2008
Anexo V – Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03
Anexo VI – Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador ou "Pátria Investimentos"	Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia federal sob regime especial, responsável pela regulação e fiscalização do setor elétrico
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes
BBI FIP	Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, administrado por BEM DTVM Ltda., subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., acionista da ERSa
Capital Comprometido	Montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento.
Capital Integralizado	Valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
CETIP	CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Comitê de investimento	Comitê formado por 3 (três) membros, para realização das atividades previstas no item 11.4 do Regulamento
Companhia Alvo	Companhias abertas ou fechadas brasileiras que atendam os requisitos descritos no Regulamento de forma que sejam passíveis de investimento pelo Fundo
Companhia(s) Investida(s)	Companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem

qualquer aporte de recursos do Fundo.

Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001/12
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Terceira Emissão
DEG	Deutsche Investitions – und Entwicklungsgesellschaft mbH, banco público alemão de desenvolvimento, acionista da ERSA
Distribuidor	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38
ERSA	Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.439.659/0001-50, atuante no setor de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis
Eton Park	Secor, LLC, sociedade de responsabilidade limitada existente de acordo com as leis do estado de Delaware, acionista da ERSA
GMR	GMR Empreendimentos Energéticos Ltda., acionista da ERSA
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Instrução CVM n.º 391/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 406/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 406, de 27 de abril de 2004, conforme alterada
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE
Novas Quotas	Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da Terceira Emissão
Outros Ativos	Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou títulos públicos federais
Partes Ligadas	São consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo: (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente
Patrimônio Autorizado	Patrimônio autorizado do Fundo na data deste Prospecto, correspondente a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)
Patrimônio Inicial	O patrimônio do Fundo após a Primeira Emissão, formado por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Quotas
Período de Desinvestimento	Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo
Período de Investimento	Período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 5 (cinco) anos
Preço de Emissão	Valor correspondente a R\$ 1.175,79 (mil cento e setenta e cinco reais)

e setenta e nove centavos) por cada Quota, na Terceira Emissão

Preço de Integralização	Preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento
Prospecto	Este prospecto de distribuição pública de Quotas da Terceira Emissão do Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações
Quotas	Quotas de uma única classe, nominativa e escriturais, de emissão do Fundo
Quotas Ofertadas	As Quotas colocadas à venda por qualquer Quotista a terceiros
Quotista Inadimplente	Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento
Quotistas	Investidores titulares de Quotas do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Requerimento de Integralização	Notificação encaminhada pelo Administrador a cada um dos Quotistas solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento
Terceira Emissão	Terceira emissão de Quotas do Fundo, a ser composta por até 60.000 (sessenta mil) quotas, com valor nominal unitário de emissão de R\$ 1.175,79 (mil cento e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), podendo atingir o montante total de colocação de até R\$ 70.547.400,00 (setenta milhões, quinhentos e quarenta e sete mil e quatrocentos reais)
Taxa de Administração	Remuneração devida ao Administrador pelos serviços de administração e gestão do Fundo, calculada nos termos do item 4.2 do Regulamento
Valores Mobiliários	Ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmem o direito ao recebimento de

ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo.

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Quotas da Terceira Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de instituição intermediária da Oferta.

Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado exclusivamente aos clientes do Administrador, previamente indicados ao Distribuidor, desde que sejam considerados investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04.

INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO

A TERCEIRA EMISSÃO NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE NÃO ESTEJAM CAPACITADOS A COMPREENDER E ASSUMIR OS SEUS RISCOS. O INVESTIMENTO NAS QUOTAS NÃO É ADEQUADO AOS INVESTIDORES QUE (I) NECESSITEM DE LIQUIDEZ, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE SEREM PEQUENAS OU INEXISTENTES AS NEGOCIAÇÕES DAS QUOTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO; E/OU (II) NÃO ESTEJAM DISPOSTOS A CORRER OS DEMAIS RISCOS PREVISTOS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO".

Registro da Oferta das Quotas

A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº400/03.

Quantidade de Quotas da Terceira Emissão

A Terceira Emissão será composta por até 60.000 (sessenta mil) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

Preço de Emissão no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Terceira Emissão foi fixado em R\$ 1.175,79 (mil cento e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos) por Quota.

O Preço de Emissão não será reajustado.

Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas da Terceira Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro na CVM. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Terceira Emissão serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, sendo que o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, mediante envio do Requerimento de Integralização.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Cronograma de Etapas de Oferta

Etapas		Data Estimada
Início da Oferta:	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a divulgação do anúncio de início.	10.11.08
Prazo de Colocação:	As Quotas da Terceira Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.	até 06.05.09
Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores:	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas junto ao Distribuidor poderão manifestar a sua intenção a qualquer momento durante o prazo de colocação, por meio de assinatura nos respectivos boletins de subscrição, até o encerramento da Oferta.	até 06.05.09
Distribuição junto ao Público	As Quotas serão colocadas exclusivamente junto aos clientes do Administrador que sejam considerados investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº409/04.	até 06.05.09
Divulgação do	O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da	06.05.09

resultado da divulgação de anúncio de encerramento.
Oferta

Valor Mínimo de Investimento

A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Negociação das Quotas

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na regulamentação aplicável.

Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta

O Distribuidor foi contratado pelo Administrador, nos termos do Contrato de Distribuição de Quotas celebrado em 04 de novembro de 2008, para realizar a distribuição pública das Quotas sob regime de melhores esforços. Desta forma, as Quotas que não forem subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Terceira Emissão na CVM, serão canceladas pelo Administrador.

A colocação das Quotas será realizada no mercado de balcão não organizado, sob regime de melhores esforços, perante investidores considerados como qualificados nos termos da regulamentação em vigor, a serem indicados, pelo Administrador, ao Distribuidor.

O investidor poderá obter cópia do Contrato de Distribuição de Quotas do Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações na sede do Administrador e/ou do Distribuidor, conforme endereços constantes da seção "Outras Informações" abaixo.

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pelo Fundo, sendo compostos pela taxa de fiscalização da CVM, no valor de R\$82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais), e da comissão do Distribuidor, no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

Outras Informações

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Terceira Emissão, bem como exemplares do Prospecto, poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Distribuidor e na CVM, nos endereços indicados no final desta seção.

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM - RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP 20159-900 Rio de Janeiro – RJ
www.cvm.gov.br

CVM - SP
Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 São Paulo – SP
Internet: www.cvm.gov.br

Administrador

Pátria Investimentos S.A.
Sócio responsável pelo Fundo perante a CVM: Alexandre Saigh
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar
CEP 01452-001 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3039-9000
Fax.: (11) 3039-9001
E-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br
Internet: www.patriainvestimentos.com.br

Distribuidor

Pentágono S.A. DTVM
At: Maurício Ribeiro
Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514
CEP 22631-003 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3385-4565
Fax.: (21) 3385-4046
E-mail: mrribeiro@pentagonotrustee.com.br
Internet: www.pentagonotrustee.com.br

Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo

Agente de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais

Banco Bradesco S.A.
Tel.: (11) 3684-9441
Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n
CEP 06029-900 Osasco - SP

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes

Tel.: (11) 3067-3000
Rua Dr. Renato Paes de Barro, n.º 33
Caixa Postal 2467
CEP 01060-970 São Paulo - SP

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Administrador, representado por seus Diretores, declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo. Vide Anexo V.

Declaração do Distribuidor

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Distribuidor, representado por seu Diretor, declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo. Vide Anexo VI.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

RISCOS RELACIONADOS AO INVESTIMENTO EM QUOTAS DO FUNDO

Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Valores Mobiliários

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas integralizadas.

Liquidez Reduzida dos Valores Mobiliários

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou de todos os Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente,

do capital investido pelos Quotistas.

Pagamento Condicionado ao Retorno da ERSa e das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento na ERSa e em outras Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Concentração da Carteira nos Valores Mobiliários

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários de um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do Fundo poderão depender dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida, bem como do setor econômico de atuação de tal Companhia Investida.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

Risco Regulatório do Setor de Energia

A ERSa e as Companhias Investidas atuam no setor de energia elétrica. Esse setor é fortemente regulamentado. Alterações na regulamentação do setor, seja por parte do atual ou próximos governos, poderão impactar negativamente a situação econômico financeira da ERSa e das Companhias Investidas e, conseqüentemente, a rentabilidade do Fundo.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, mediante a participação em operações com opções que tenham como ativo subjacente Valores Mobiliários que integrem a Carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Outros Riscos

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Informações Contidas neste Prospecto

Este Prospecto contém informações acerca do Fundo e da ERSA, bem como perspectivas de desempenho do Fundo que envolvem riscos e incertezas.

Embora as informações constantes deste Prospecto tenham sido obtidas de fontes idôneas e confiáveis e as perspectivas do Fundo sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro do Fundo seja consistente com essas perspectivas. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas.

RISCOS RELATIVOS AO AMBIENTE MACROECONÔMICO

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como modificações nas condições econômico-institucionais brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da ERSA e de Companhias Investidas e os resultados do Fundo.

O governo intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas nas políticas econômicas e no ambiente regulatório. Medidas oficiais para combater a inflação e outros desequilíbrios macroeconômicos muitas vezes envolvem, entre outras iniciativas, aumento das taxas de juros, elevação da carga tributária, corte discricionário de gastos, limitação dos fluxos de capital. Em um passado mais distante, estas iniciativas chegaram a incluir ações extremas como controles de preço, desvalorização aguda da moeda, controles de capital, limites físicos sobre importações, dentre outras medidas. Os resultados da ERSA e das Companhias Investidas bem como os resultados do Fundo podem ser adversamente afetados por mudanças bruscas nas políticas ou regulamentação que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- instabilidade da inflação;
- instabilidade da taxa de câmbio;
- instabilidade das taxas de juros;
- instabilidade da política fiscal e alterações da legislação tributária;
- instabilidade da política monetária e alterações da legislação e regulamentação bancárias;
- instabilidade das condições de liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- alterações nos marcos regulatórios dos diversos setores de atividade econômica;
- alterações em leis e regulamentos ambientais;
- instabilidade do crescimento econômico e do nível de atividade;
- desapropriação de propriedades privadas; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e institucionais que venham a ocorrer no Brasil e que tenham reflexos na economia.

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR ELÉTRICO

O Fundo tem por objetivo investir em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de energia. Na data deste Prospecto, o Fundo investe em apenas na ERSA, com atuação no setor de energia elétrico. Nesse sentido, determinados fatores relacionados ao setor elétrico podem afetar adversamente o investimento no Fundo:

Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas que atuam no setor de energia elétrica

A atividade das empresas que atuam no setor elétrico é regulamentada e supervisionada pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"). A ANEEL, o MME e outros órgãos fiscalizadores têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os negócios das empresas do setor elétrico, incluindo a influência sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia, bem como sobre os níveis de produção de energia. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia. As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades de Companhias Investidas podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais:

- alteração na legislação aplicável aos negócios das companhias;
- descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais;
- imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras; e
- atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas.

O Fundo não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os resultados operacionais das Companhias Investidas e, conseqüentemente, do Fundo. Caso Companhias Investidas sejam obrigadas a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seus planos de negócio, seus resultados financeiros e operacionais poderão ser adversamente afetados.

O impacto de uma potencial falta de eletricidade e o conseqüente racionamento de energia elétrica poderá ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais das Companhias Investidas e, conseqüentemente, do Fundo

A energia hidrelétrica é a maior fonte de eletricidade no Brasil, tendo representado aproximadamente 75% da capacidade disponível no Sistema Interligado Nacional ("SIN") em 2006. O setor elétrico é vulnerável a fatores naturais, como enchentes e escassez de chuvas, que afetam a capacidade geradora de energia, e às restrições do sistema interligado de transmissão de energia no País, que impedem o maior aproveitamento do potencial de geração de energia brasileiro.

A baixa média pluviométrica nos anos imediatamente anteriores a 2001, aliada à falta de expansão da Capacidade Instalada do SIN (em particular devido a entraves legais e regulatórios verificados no programa de expansão da capacidade termelétrica), não compatíveis com os aumentos na demanda que se verificavam, resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. Diante dessa condição adversa, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal implantou um programa de redução do consumo de energia, que ficou conhecido como Programa de Racionamento. O Programa de Racionamento estabeleceu índices de redução de consumo de energia para Consumidores Livres, comerciais e residenciais, e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Se o Brasil passar por mais um período de potencial ou efetiva escassez de energia elétrica, o Governo Federal poderá implementar políticas e medidas que poderão ter efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira de Companhias Investidas e, conseqüentemente, do Fundo.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica

As empresas do setor elétrico, em particular as geradoras de energia, estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estarem sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores). As agências governamentais ou outras autoridades podem editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos e gerando, conseqüentemente, efeitos adversos nos negócios e resultados de Companhias Investidas. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados de Companhias Investidas.

4. PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM n.º 391/03 e a Instrução CVM n.º 406/04, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contados da data de registro na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, composto exclusivamente por clientes do Administrador, previamente indicados ao Distribuidor, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os "Quotistas").

O valor mínimo de subscrição no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Administração e Gestão do Fundo

Qualificação do Administrador

O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.145.646/0001-80, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

O Pátria Investimentos S.A. é uma empresa pioneira e uma das líderes no Brasil em gestão de ativos alternativos (ou *alternative assets*). O Pátria Investimentos está estruturado em duas áreas: (i) uma área de gestão de recursos, composta pelos grupos de *private equity* (recursos investidos em participações societárias majoritárias e/ou minoritárias relevantes, assegurando influência na gestão das empresas investidas), imobiliário, infraestrutura e capital management (composto por *hedge funds* e outros tipos de fundos de investimento que operam simultaneamente em segmentos variados do setor financeiro); e (ii) uma área de serviços de assessoria financeira a fusões, aquisições, reestruturações e finanças corporativas.

O Pátria atua no mercado financeiro brasileiro há 20 anos, sendo uma sociedade composta por profissionais com grande experiência no mercado financeiro brasileiro. A equipe do Pátria Investimentos é composta por mais de 130 colaboradores, dentre os quais 16 sócios.

O Pátria Investimentos possui sob gestão ativos que totalizavam R\$4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2008. O Pátria Investimentos possui comprovada experiência nos mercados financeiros local e internacional, incluindo parcerias com os bancos de investimento norte-americanos Salomon Brothers e Oppenheimer, e com a gestora de ativos alternativos The Blackstone Group. Empresas como a Diagnósticos da América S.A. (DASA3) e a Anhanguera Educacional Participações S.A. (AEDU11) são exemplos de casos de sucesso em que o Pátria Investimentos participou da gestão. O Pátria Investimentos busca continuamente excelência estratégica, capacitação técnica, transparência e compromisso.

Qualificação do Distribuidor das Quotas

Fundada em 1985, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é altamente especializada e focada em finanças corporativas e mercado de capitais. A instituição é independente, não sendo ligada a nenhum grupo financeiro, possuindo uma estrutura voltada para a originação, desenvolvimento e implantação de operações no mercado de capitais, assim como a atuação fiduciária e a administração de recursos.

Possui 24 anos de experiência em operação de mercado de capitais e serviços fiduciários, dentre elas emissões de debêntures, operações estrutura de securitização (Fundo de Recebíveis, SPCs e Companhias Securitizadoras), project finance, private equity (através da administração de fundos de investimento em participações), reestruturação de dívida, e demais títulos de crédito, tais como CCB, CCR, CCI, CPR, CDCA. Possui experiência na gestão e gerenciamento de créditos privados em montante superior a US\$ 200,0 bilhões. Está presente nas principais transações do mercado de capitais, inclusive, sendo líder como agente fiduciário de debêntures.

Renúncia do Administrador

O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item "*Substituição do Administrador*" abaixo, assembleia essa a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este parágrafo. Independentemente do disposto neste parágrafo, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*.

Destituição do Administrador pelos Quotistas

Além da hipótese de renúncia descrita no parágrafo anterior, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

Destituição por Justa Causa

Para os fins de que trata o Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com imprudência, imperícia, fraude ou violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador, devidamente comprovada em processo judicial transitado em julgado; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, devidamente comprovado em processo judicial transitado em julgado, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*.

Destituição sem Justa Causa

A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 50 (cinquenta) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*.

Substituição do Administrador

A Assembléia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas neste item, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 50 (cinquenta) dias para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. A deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá outorgar ao Administrador poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste parágrafo.

Prestadores de Serviço do Fundo

Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Banco Bradesco S.A. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de energia, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando do bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observados os termos e condições do Regulamento.

Investimentos do Fundo

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários são realizados mediante a observância dos termos e condições indicados no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

Requisitos Aplicáveis às Companhias Investidas

As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) constituição do conselho de administração e estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para seus membros;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;

- (v) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa referidos no item 7.3 do Regulamento; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados na Cláusula Sétima do Regulamento e a manutenção das condições durante o Período de Investimento. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos, o Administrador levará tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como informar as medidas adotadas para sanar tal descumprimento.

Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 do Regulamento.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de

distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze do Regulamento; e

(iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do parágrafo anterior, o Administrador convocará o Comitê de Investimento para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo referido; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo ou aplicados em Outros Ativos; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos deverão observar o limite de até 60% (sessenta por cento) em títulos e/ou valores mobiliários de um mesmo emissor, exceto títulos públicos federais.

O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pelo Comitê de Investimento, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

O investimento do Fundo em Valores Mobiliários de uma Companhia Investida poderá representar até 100% (cem por cento) do valor total do Capital Comprometido do Fundo.

Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Fundo terá um Período de Investimentos em Valores Mobiliários que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 5 (cinco) anos.

A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do Administrador, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá (i) encerrar o Período de Investimento antecipadamente; ou (ii) prorrogar o Período de Investimento por até 2 (dois) períodos adicionais de 1 (um) ano.

Novos Aportes de Recursos

O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

Patrimônio Autorizado e Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Autorizado do Fundo será de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), e será composto por até 200.000 (duzentas mil) Quotas.

O Patrimônio Inicial do Fundo, após a Primeira Emissão de Quotas, será formado por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Quotas. O preço unitário de emissão das Quotas será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o "Preço de Emissão"), totalizando, o Patrimônio Inicial, o valor subscrito de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). O prazo máximo para integralização das Quotas constitutivas do Patrimônio Inicial será de 5 (cinco) anos, a contar da respectiva data de registro da Primeira Emissão na CVM.

Direitos Patrimoniais

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Direito de Voto das Quotas

Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembléia Geral de Quotistas, observado o disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Emissões de Novas Quotas do Fundo, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembléia.

O preço unitário de emissão de Novas Quotas será o maior dentre os seguintes valores: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo calculado de acordo com o disposto na Cláusula Dezesete do Regulamento, dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas; ou (ii) o valor que venha a ser obtido pelo Administrador perante investidores interessados em adquirir Novas Quotas do Fundo.

As Quotas do Fundo serão objeto de colocação pública pelo Administrador. O Fundo e a emissão de suas Quotas serão registradas perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, representativas do Patrimônio Inicial e/ou de Novas Quotas, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Direito de Preferência para Novas Emissões

Os Quotistas terão direito de preferência para subscrição de Novas Quotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência referido neste parágrafo poderá ser exercido apenas na Assembleia Geral de Quotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão integralizadas conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de subscrição, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta seção.

O procedimento disposto nos parágrafos anteriores será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

Os Quotistas, ao subscreverem suas Quotas, comprometer-se-ão a cumprir os termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas no mercado secundário deverá aderir aos termos e condições do Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador.

Não obstante o direito de preferência previsto nos parágrafos seguintes, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas Quotas, deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas Quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.

Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores e não havendo o exercício do direito de preferência por parte de qualquer Quotista sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá ser alienado a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Quotistas.

Se ao final do prazo previsto no parágrafo anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros, o procedimento previsto neste item deverá ser renovado.

O direito de preferência, nos termos deste item, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada ao Quotista alienante.

Condições de Amortização e Resgate das Quotas

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas.

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas em circulação.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Da Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições do Regulamento. Inicialmente, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas pro rata temporis, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários nos termos previstos no parágrafo seguinte; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no próximo parágrafo, nas seguintes situações:

- (i) periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses;
- (ii) no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de Novas Quotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas Novas Quotas;

(iii) após 12 (doze) meses contados da data da Primeira Emissão, sempre anteriormente à conclusão de operação envolvendo a emissão e distribuição de Novas Quotas, caso não tenha sido feita reavaliação nos últimos 3 (três) meses;

(iv) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e

(v) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão de processo de destituição do Administrador sem justa causa.

Em qualquer das situações previstas no item anterior, a reavaliação dos Valores Mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação").

A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita em reunião do Comitê de Investimento dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador que atendam à qualificação indicada no parágrafo anterior. Caso os membros do Comitê de Investimento indicados acima não compareçam à reunião e/ou não cheguem à uma conclusão sobre a aprovação de um dos três nomes indicados pelo Administrador, ficará a cargo do Administrador escolher um dos três nomes para ser o Agente de Avaliação. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do Estudo de Avaliação será aceito por todos os Quotistas e pelo Administrador e será válido para todos os fins de direito.

Inadimplência dos Quotistas

A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no parágrafo seguinte, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista Inadimplente, a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

(i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo; e

(ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

As consequências referidas no parágrafo anterior somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias, na hipótese do subitem (i), ou de até 60 (sessenta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido.

Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 13.7.4 do Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento; e/ou

(iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira do Regulamento.

O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos no item "Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo" acima.

Assembléia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e aprovação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Quatorze do Regulamento.

Comitê de Investimento

O Fundo terá um Comitê de Investimento, formado por 3 (três) membros eleitos conforme previsto neste item, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos Quotistas ou do Administrador. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador.

Os membros do Comitê de Investimento terão mandato de 1 (um) ano, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos antes do término de tal prazo.

Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) 01 (um) membro será indicado pelo Administrador; e
- (ii) 02 (dois) membros serão eleitos pela Assembléia Geral de Quotistas.

O Comitê de Investimento terá como funções básicas, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento:

- (i) discutir, analisar e aprovar propostas do Administrador referentes a estratégias e diretrizes de investimento e novo investimento do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e Companhias Investidas e/ou a celebração de empréstimos;
- (ii) acompanhar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas;
- (iii) discutir e analisar proposta do Administrador referente à prorrogação de prazo de duração do Fundo;
- (iv) discutir, analisar e aprovar a contratação de empréstimos em nome do Fundo, nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04;

(v) discutir, analisar e aprovar a destinação dos recursos aportados pelos Quotistas no Fundo para investimentos nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, caso tais investimentos não sejam efetivados no prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 do Regulamento;

(vi) discutir, analisar e aprovar a prorrogação ou encerramento antecipado do Período de Investimento eventualmente proposto pelo Administrador; e

(vii) escolher o Agente de Avaliação, dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador, que atendam à qualificação indicada no item "Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo" acima.

Caberá unicamente ao Administrador propor ao Comitê de Investimento e/ou à Assembléia Geral de Quotistas a realização de qualquer investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, conforme o caso.

Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação por escrito ou por e-mail, feita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador ou qualquer de seus membros. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, de forma física ou remota, na respectiva reunião.

Será permitido a qualquer membro do Comitê de Investimento votar nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de vídeo conferência, telefone, fax ou e-mail, sua intenção de voto de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o Administrador enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da(s) ordem(ns) do dia de cada reunião do Comitê de Investimento com prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência à realização da reunião.

Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, quando será observado, no que couber, o disposto no item "Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesse" abaixo.

Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses

Para os fins do Regulamento, são consideradas Partes Ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo:

- (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou
- (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.

Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto no Regulamento.

Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, observado as exceções previstas neste item.

Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) os membros do Comitê de Investimento e Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:
 - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii)

do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

Os contratos de prestação de serviços entre o Administrador (ou qualquer Parte Ligada ao Administrador) e as Companhias Investidas poderão ser celebrados sem a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que seus valores não ultrapassem, individualmente ou em conjunto, 1,0% (um por cento) ao ano do montante investido pelo Fundo e por outros acionistas na respectiva Companhia Investida.

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

Taxa de Administração e Encargos do Fundo

Taxa de Administração

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus a uma Taxa de Administração, que será equivalente a 1,0% (um por cento) ao ano, devendo ser reduzida para 0,1% (zero vírgula um por cento) no caso e durante o período em que o Administrador receber remuneração de qualquer Companhia Investida, e será calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

- (i) no primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da subscrição da totalidade do Patrimônio Inicial até o encerramento do Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador; e
- (ii) no segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador.

Atualmente, o Administrador recebe remuneração de Companhia Investida. Desta forma, o percentual da Taxa de Administração encontra-se reduzida à 0,1% (zero vírgula um por cento), conforme parágrafo anterior.

Outros Encargos

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ações integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxas de controladoria e de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso; e
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 do Regulamento.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze do Regulamento.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de Valores Mobiliários das Companhias Investidas, não listadas em bolsa de valores, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

II.a. Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas do Fundo serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Quotas do Fundo ou cujas Quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

II.b Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Pátria Investimentos S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar

Tel.: (11) 3039-9000

Fax.: (11) 3039-9001

CEP 01452-001 São Paulo - SP

e-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br

5. A ERSA

A ERSa

As informações contidas nesta seção foram obtidas e compiladas de fontes públicas (relatórios anuais, websites, jornais, entre outros) consideradas seguras pelo Administrador. A ERSa não foi objeto de auditoria legal ou financeira para os fins de elaboração deste Prospecto.

Informações sobre a ERSa

A ERSa constitui atualmente o único investimento do Fundo, e é uma companhia aberta, dedicada à exploração de oportunidades no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno (até 30 MW) e médio (até 200 MW) porte, tais como PCHs, usinas eólicas e usinas movidas a biomassa.

A sede da ERSa localiza-se na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 1º andar, CEP 01452-002. Telefone/fax: (11) 3039-7400. Possui também uma filial localizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Avenida Cristovão Colombo, 400, 4º andar, CEP 30140-150. Seu endereço na rede mundial de computadores (website na Internet) é <http://www.ersabrasil.com.br>.

Descrição do Negócio

A ERSa foi constituída em outubro de 2006 com o objetivo de explorar oportunidades no mercado brasileiro de geração de energia elétrica. A estratégia da ERSa contempla a construção de um conjunto de usinas de geração de energia de pequeno porte (capacidade instalada é inferior a 100 MW), movidas por combustíveis de fontes renováveis (baixo impacto ambiental e amplamente disponíveis na natureza). O foco de atuação da ERSa está na construção e aquisição de pequenas centrais hidrelétricas – PCHs, usinas movidas a biomassa e usinas eólicas.

A ERSa tem concentrado seus investimentos na aquisição de projetos *greenfield* para montagem de consórcio e construção das usinas, bem como usinas em operação.

O plano de negócios da ERSa contempla a construção e aquisição de um portfólio de usinas que crescerá cerca de 120 MW de capacidade instalada por ano, atingindo 720 MW após seis anos de operação.

Tese de Investimento

- O setor de geração de energia elétrica no Brasil apresenta necessidade de investimento anual superior a US\$5 bilhões, que será suprida primordialmente com capital de investidores privados nos próximos anos;
- As grandes usinas de geração de energia têm enfrentado desafios crescentes relacionados ao licenciamento ambiental, por conta dos maiores impactos sócio-ambientais decorrentes da sua construção;

- As usinas de porte menor (capacidade instalada inferior a 100 MW) provocam impacto sócio-ambiental comparativamente inferior, e podem ser construídas em áreas mais próximas aos centros de consumo, reduzindo significativamente os investimentos em transmissão;
- Usinas de fonte alternativa com capacidade inferior a 30 MW auferem diversas vantagens legais e regulatórias, como, por exemplo, possibilidade de contratação direta com determinadas classes de consumidores livres, 50% de desconto nas tarifas de transmissão e acesso a programas incentivados de compra de energia;
- O setor de usinas de geração de energia elétrica de pequeno porte no Brasil é altamente fragmentado, oferecendo oportunidades de consolidação;
- O modelo de negócios das usinas de geração de energia que serão objeto de investimento da ERSa é baseado em contratos de venda de energia de longo prazo, com baixa volatilidade de receita e de geração de caixa. Acreditamos que ativos com contratos de receita de longo prazo serão beneficiados caso o Brasil venha a alcançar o Grau de Investimento, em consequência da diminuição da percepção de risco e redução da taxa de juros no país.

Investimentos

Em outubro de 2008, o portfólio de projetos da ERSa totalizava 524 MW de capacidade instalada, sendo composto de 1 PCH em operação (16 MW), 8 PCHs em construção (121 MW), 7 projetos de PCHs com outorgas emitidas pela ANEEL (82,5 MW), 5 projetos de PCHs em processo de obtenção de outorga na ANEEL (93 MW) e 2 projetos de geração eólica (211,5 MW).

Capital Social

A tabela a seguir contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da ERSa e seus respectivos acionistas, que são titulares, individualmente, de 5% ou mais do capital social da ERSa, na data deste Prospecto, bem como ajustado para refletir a conversão de debêntures conversíveis.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Debêntures	%
Fundo	155,429,688	35.24		
Eton Park	144,839,993	32.84		
GMR	47,875,009	10.85		
DEG	40,944,483	9.28		
BBI FIP	32,295,446	7.32	50,000,000	100
Outros	19,641,016	4.45		
Total	441,025,635	100	50,000,000	100

Informações Financeiras, Periódicas e Eventuais

As demonstrações financeiras da ERSa, bem como informações periódicas e eventuais, podem ser obtidas nos seguintes endereços da Internet:

- **CVM/BOVESPA:** <http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/DemonstFinancIPE0.asp?razao=EMPRESA DE INVESTIMENTOS EM ENERGIAS RENOVAVEIS&pregao=EMPRESA DE INVESTIMENTOS EM ENERGIAS RENOVAVEIS&ccvm=20540&site=c>
- **ERSA:** www.ersabrasil.com.br

6. ANEXOS

Anexo I ao Prospecto

Cópia da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas, realizada em 03 de novembro de 2008, deliberando sobre a Terceira Emissão

PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF nº. 08.486.528/0001-24

Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas
realizada em 03 de novembro de 2008

Data, Hora e Local: 03 de novembro de 2008, às 14:00 horas, na sede do Pátria Investimentos S.A. ("Administrador"), administrador do Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações ("Fundo"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar.

Convocação: Realizada por meio de carta enviada aos quotistas em 17 de outubro de 2008.

Presença: Os Quotistas representando 73.70% (setenta e três vírgula setenta por cento) das quotas do Fundo.


Composição da Mesa: Luiz Otavio Reis de Magalhães - Presidente; Marco Antonio Biajoto Pisani - Secretário.

Ordem do Dia: Aprovação da terceira emissão de quotas do Fundo, a ser composta por até 60.000 (sessenta mil) quotas.

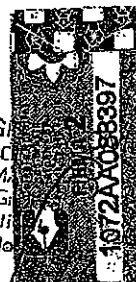
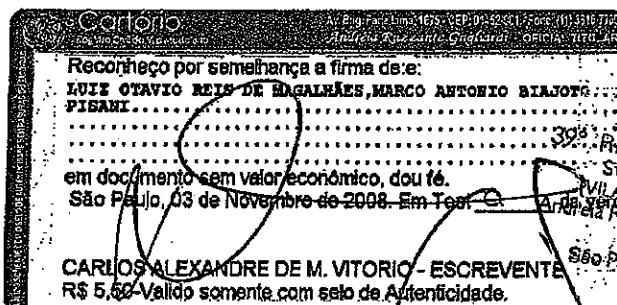
Deliberações, tomadas por unanimidade dos Quotistas que enviaram manifestação de voto: Aprovar a terceira emissão de quotas do Fundo (as "Quotas"), a ser composta por até 60.000 (sessenta mil) Quotas. As Quotas da terceira emissão terão preço unitário de emissão de R\$ 1.175,79 (mil cento e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos) ("Preço de Emissão"), perfazendo um total de até R\$ 70.547.400,00 (setenta milhões, quinhentos e quarenta e sete mil e quatrocentos reais). As Quotas serão objeto de colocação pública. Os Quotistas autorizam, neste ato, o Administrador a contratar a Pentágono S.A. DTVM para prestar serviços de distribuição das Quotas, bem tomar as demais medidas necessárias para registro da terceira emissão na Comissão de Valores Mobiliários.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a Assembléia Geral Extraordinária encerrada com a lavratura da presente ata. A presente é cópia fiel da Ata de Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas do Fundo, realizada em 03 de novembro de 2008, lavrada em livro próprio.

São Paulo, 03 de novembro de 2008.


Luiz Otavio Reis de Magalhães
Presidente


Marco Antonio Biajoto Pisani
Secretário



1ª Origem de Reg. do Tr. e Documentos
e Civil de Pátria Jurídica de Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

04 NOV. 2008

MICROFILMAGEM

1698476



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua XV de Novembro, 281 5º andar - São Paulo - SP - Tel.: 3377-4677

Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob
nº 1.698.476 à margem do registro 1.548.817

São Paulo, 04 de Novembro de 2008

Oficial Bel JOSÉ ANTONIO MICHALUAT

Seios e Taxas recolhidos por guia

Total pago R\$ 47,60

Serventário R\$	29,73
Ar. Estado R\$	8,45
PSR R\$	8,28
Registro Civil R\$	1,57
TJ R\$	1,57



* 1 6 9 8 4 7 6 *

Anexo II ao Prospecto
Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto

12 MAR. 2007

MICROFILMAGEM

1574942

Regulamento anexo à Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Quotistas do Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações, realizada de 02 de março de 2007.

“REGULAMENTO DO PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

- 1.1. O Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
- 1.2. O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contados da data de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.
- 1.3. O patrimônio do Fundo será representado por 1 (uma) classe de quotas (“Quotas”).
- 1.4. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas são definidos por este Regulamento.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO ALVO

- 2.1. O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04 (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os “Quotistas”).
- 2.2. O valor mínimo de subscrição no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADMINISTRADOR E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

QUALIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR

- 3.1. O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria – Banco de Negócios - Assessoria, Gestão e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no

 1 

CNPJ/MF sob o nº. 05.145.646/0001-80 (o "Administrador"), devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.2. Os serviços de tesouraria, contabilização e custódia serão contratados pelo Administrador, em nome do Fundo, com instituição legalmente habilitada, na forma da regulamentação aplicável.

3.3. Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, inclusive, mas não se limitando, ao disposto nas Cláusulas Sétima e Oitava abaixo, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais e/ou especiais das Companhias Investidas, de qualquer natureza e/ou assembléias gerais de quotistas de fundos de investimentos cujas quotas venham a compor a Carteira do Fundo.

RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

3.4. O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item 3.6 abaixo, assembléia essa a ser realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*.

DESTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR PELOS QUOTISTAS

3.5. Além da hipótese de renúncia descrita no item 3.4 acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze abaixo. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

DESTITUIÇÃO POR JUSTA CAUSA

3.5.1. Para os fins de que trata esse Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com imprudência, imperícia, fraude ou

violação, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador, devidamente comprovada em processo judicial transitado em julgado; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, devidamente comprovado em processo judicial transitado em julgado, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer, temporária ou permanentemente, atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração, *pro rata temporis*.

DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA

3.5.2. A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 50 (cinquenta) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso, devendo receber, para tanto, a Taxa de Administração *pro rata temporis*.

SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

3.6. A Assembléia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas nos itens 3.4 ou 3.5 acima, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 50 (cinquenta) dias para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. A deliberação da Assembléia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá outorgar ao Administrador poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste item 3.6.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

4.1. Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador fará jus a uma taxa de administração ("Taxa de Administração"), a qual será calculada, provisionada e paga de acordo com o disposto nesta Cláusula.

COBRANÇA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

4.2. A Taxa de Administração será equivalente a 1,0% (um por cento) ao ano, devendo ser reduzida para 0,1% (zero vírgula um por cento) no caso e durante o período em que o Administrador receber remuneração de qualquer Companhia Investida, e será

43

calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

(i) no primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da subscrição da totalidade do Patrimônio Inicial até o encerramento do Período de Investimento, a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador; e

(ii) no segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR



5.1. Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

(i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:

- (a) os registros de cotistas e de transferências de Quotas;
- (b) o livro de atas das assembléias gerais;
- (c) o livro de presença de Quotistas;
- (d) o arquivo dos pareceres dos auditores;
- (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
- (f) a documentação relativa às operações do Fundo.

(ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;

(iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;

 
4

- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, elaborados pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- (vii) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados pelo Fundo, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no subitem (i) deste item 5.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;
- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto à instituição custodiante;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) negociar e celebrar, em nome do Fundo, acordo de acionistas das Companhias Alvo e/ou das Companhias Investidas, bem como quaisquer outros acordos referentes aos investimentos que venham a ser realizados pelo Fundo, sempre no melhor interesse dos Quotistas;

4/5

(xiv) cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Quotistas e do Comitê de Investimento;

(xv) decidir e implementar, a seu exclusivo critério e no melhor interesse do Fundo, a estratégia e diretrizes de desinvestimento do Fundo nas Companhias Investidas, incluindo a alienação parcial ou total dos Valores Mobiliários; e

(xvi) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento.

5.2. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembléia Geral de Quotistas na forma deste item 5.2, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima serão impedidos de votar.

5.3. O Administrador responderá pelos prejuízos causados aos Quotistas, quando proceder com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR

6.1. Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em sua conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto aqueles descritos no item 8.5 abaixo;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma;
- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução da CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990) ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo;

Ag

nan

- (a) no exterior;
- (b) na aquisição de bens imóveis; e
- (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBJETIVO E DOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

7.1. O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de energia, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando do bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, observados os termos e condições deste Regulamento.


7.2. O Fundo investirá em valores mobiliários de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas brasileiras que atuem no setor de energia (as “Companhias Alvo”, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo, ou “Companhias Investidas”, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo).

7.2.1. Os valores mobiliários a que se refere o item 7.2 acima serão ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo (os “Valores Mobiliários”).

7.2.2. Na realização dos investimentos do Fundo, o Administrador observará as deliberações do Comitê de Investimento, tomadas de acordo com o item 11.4 deste Regulamento.

7.3. O Fundo deverá envidar seus melhores esforços para que a Companhia Investida atenda no menor prazo possível aos padrões de governança corporativa exigidos pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA para a listagem das ações de sua emissão para a negociação no Novo Mercado da BOVESPA ou para classificação como Companhia Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, observado o disposto no subitem (v) do item 7.5 abaixo.

7.4. Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os Quotistas do Fundo devem estar cientes de que (i) os ativos

43 7 

componentes da Carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e (ii) a Carteira do Fundo poderá estar concentrada em Valores Mobiliários de emissão de poucas companhias, ou apenas de uma companhia, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tal(is) companhia(s). Para tanto, ao ingressar no Fundo, o Quotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do Compromisso de Investimento.

7.5. As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:



- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) constituição do conselho de administração e estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para seus membros;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- (v) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa referidos no item 7.3 acima; e
- (vi) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

7.5.1. Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Alvo aos requisitos estipulados nesta Cláusula Sétima e a manutenção das condições durante o Período de Investimento. Em caso de descumprimento de qualquer dos requisitos previstos nesta Cláusula Sétima, o Administrador obriga-se a levar tal fato ao conhecimento do Comitê de Investimento, bem como informar as medidas adotadas para sanar tal descumprimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, LIMITES E RESTRIÇÕES DE INVESTIMENTO

8.1. Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários serão realizados mediante a observância dos termos e condições indicados neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

8.2. A Carteira do Fundo (a "Carteira") será composta por:

 
8

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento, classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 abaixo ("Outros Ativos").

8.3. Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital, observado o disposto no item 8.3.1 abaixo;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem (i) acima, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos que compreendem o recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização e/ou ao Administrador, a título de pagamento de Taxa de Administração, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze abaixo; e
- (iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente

43 9

vinculados a pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

8.3.1. Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 acima, o Administrador convocará o Comitê de Investimento para deliberar sobre: (i) a prorrogação do prazo referido no subitem (i) do item 8.3 acima; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo ou aplicados em Outros Ativos; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

8.3.2. Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos deverão observar o limite de até 60% (sessenta por cento) em títulos e/ou valores mobiliários de um mesmo emissor, exceto títulos públicos federais.

8.4. Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas e/ou Taxa de Administração ao Administrador.



8.5. O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, desde que aprovadas pelo Comitê de Investimento, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

8.6. O investimento do Fundo em Valores Mobiliários de uma Companhia Investida poderá representar até 100% (cem por cento) do valor total do Capital Comprometido do Fundo.

CO-INVESTIMENTO

8.7. — O Administrador poderá compor os recursos investidos do Fundo com recursos de outros investidores financeiros e/ou estratégicos diretamente ou através de fundos de investimento ("Co-Investimento").

8.7.1. No caso de investimentos que não tenham sido aprovados pelo Comitê de Investimento, o Administrador poderá oferecer tais investimentos aos Quotistas do Fundo, a Partes Ligadas e/ou a quaisquer terceiros interessados.

 
10

CLÁUSULA NONA – DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

9.1. O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários (“Período de Investimento”) que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 5 (cinco) anos.

9.1.1. A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do Administrador, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá (i) encerrar o Período de Investimento antecipadamente; ou (ii) prorrogar o Período de Investimento por até 2 (dois) períodos adicionais de 1 (um) ano.

9.2. O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:



- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

CLÁUSULA DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto no item 13.7 deste Regulamento.

10.2. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 13.6 abaixo.

12 MAR. 2007

DR. JOSE A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 751 - 9º Andar - F.: 3371-2671

CLÁUSULA ONZE – DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

11.1. O Fundo terá um Comitê de Investimento ("Comitê de Investimento"), formado por 3 (três) membros eleitos conforme item 11.3 abaixo, escolhidos dentre pessoas de notório conhecimento e de ilibada reputação, podendo ser eleitos, inclusive, funcionários, diretores e representantes dos Quotistas ou do Administrador. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador, observado o disposto nesta Cláusula Onze.

11.2. Os membros do Comitê de Investimento terão mandato de 1 (um) ano, podendo renunciar ao cargo ou ser substituídos antes do término de tal prazo.

11.3. Os membros do Comitê de Investimento serão eleitos de acordo com o seguinte procedimento:

- (i) 01 (um) membro será indicado pelo Administrador; e
- (ii) 02 (dois) membros serão eleitos pela Assembléia Geral de Quotistas.

11.4. O Comitê de Investimento terá como funções básicas, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento:

- (i) discutir, analisar e aprovar propostas do Administrador referentes a estratégias e diretrizes de investimento e novo investimento do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo e Companhias Investidas e/ou a celebração de empréstimos;
- (ii) acompanhar o desempenho do Fundo e das Companhias Investidas;
- (iii) discutir e analisar proposta do Administrador referente à prorrogação de prazo de duração do Fundo;
- (iv) discutir, analisar e aprovar a contratação de empréstimos em nome do Fundo, nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04;
- (v) discutir, analisar e aprovar a destinação dos recursos aportados pelos Quotistas no Fundo para investimentos nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, nos termos do item 8.3.1 acima, caso tais investimentos não sejam efetivados no prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 acima;
- (vi) discutir, analisar e aprovar a prorrogação ou encerramento antecipado do Período de Investimento eventualmente proposto pelo Administrador, nos termos da Cláusula Nona acima; e

45

mar

12 MAR. 2007

DR. JOSE A. MICHALUAT - OFÍCI
R. XV de Novembro, 759 - 5ª Andar - F.: 3371

(vii) escolher o Agente de Avaliação, dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador, que atendam à qualificação indicada no item 17.7.1 abaixo.

11.4.1. Caberá unicamente ao Administrador propor ao Comitê de Investimento e/ou à Assembléia Geral de Quotistas a realização de qualquer investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, conforme o caso.

11.5. Os membros do Comitê de Investimento reunir-se-ão sempre que necessário, atendendo a convocação por escrito ou por e-mail, feita com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a pedido do Administrador ou qualquer de seus membros. A convocação será dispensada quando estiverem presentes à reunião todos os membros do Comitê de Investimento.

11.6. As reuniões do Comitê de Investimento serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, de forma física ou remota, na respectiva reunião.

11.6.1. Será permitido a qualquer membro do Comitê de Investimento votar nas reuniões por qualquer meio remoto que permita ao respectivo membro manifestar, seja por meio de vídeo conferência, telefone, fax ou e-mail, sua intenção de voto de maneira clara e expressa aos demais membros que estiverem presentes à reunião.

11.7. Para o bom desempenho do Comitê de Investimento, o Administrador enviará aos seus membros o material necessário à avaliação da(s) ordem(ns) do dia de cada reunião do Comitê de Investimento com prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência à realização da reunião.

11.8. Das reuniões do Comitê de Investimento serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros a elas presentes.

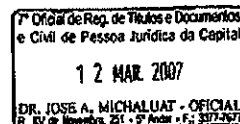
11.9. Os membros do Comitê de Investimento não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções.

11.10. Os membros do Comitê de Investimento deverão informar ao Administrador, o qual deverá informar aos Quotistas, qualquer situação que os coloque, potencial ou efetivamente, em situação de conflito de interesses com o Fundo, quando será observado, no que couber, o disposto na Cláusula Quinze deste Regulamento.

CLÁUSULA DOZE – DO PATRIMÔNIO AUTORIZADO, DO PATRIMÔNIO INICIAL E NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

12.1. O patrimônio autorizado do Fundo será de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Patrimônio Autorizado"), e será composto por até 200.000 (duzentas mil) Quotas.

fy *sh*
13



12.2. O Patrimônio Inicial do Fundo ("Patrimônio Inicial"), após a primeira emissão de Quotas (a "Primeira Emissão"), será formado por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Quotas. O preço unitário de emissão das Quotas será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o "Preço de Emissão"), totalizando, o Patrimônio Inicial, o valor subscrito de, no mínimo, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). O prazo máximo para integralização das Quotas constitutivas do Patrimônio Inicial será de 5 (cinco) anos, a contar da respectiva data de registro da Primeira Emissão na CVM.

12.2.1. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser integralizadas nos termos previstos no item 13.5 abaixo.

12.3. Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembléia.

12.3.1. Os Quotistas terão direito de preferência para subscrição de Novas Quotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência referido neste item 12.3.1 poderá ser exercido apenas na Assembléia Geral de Quotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

12.4. O preço unitário de emissão de Novas Quotas nos primeiros 6 (seis) meses após o dia 01 de janeiro de 2007 poderá refletir o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), atualizado pela taxa de juros correspondente à variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI Over "Extra Grupo", expressa na forma percentual, apurada e divulgada diariamente pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("Taxa DI"). A Taxa DI será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 dias úteis.

12.5. O preço unitário de emissão de Novas Quotas após o prazo definido no item 12.4 acima, será o maior dentre os seguintes valores: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo calculado de acordo com o disposto na Cláusula Dezanove abaixo, dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação na data de deliberação de cada emissão de Novas Quotas; ou (ii) o valor que venha a ser obtido pelo Administrador perante investidores interessados em adquirir Novas Quotas do Fundo.

CLÁUSULA TREZE - DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

13.1. As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio.

47

13.2. Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pela instituição custodiante.

13.2.1. Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item 13.6 abaixo.

13.2.2. O valor nominal unitário da Quota será informado/calculado com 7 (sete) casas decimais, sem arredondamento, ou por outro critério definido pelo Administrador.

DIREITOS DE VOTO

13.3. Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembleia Geral de Quotistas, observado o disposto no item 13.6 abaixo.

EMIÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS

13.4. As Quotas do Fundo serão objeto de colocação pública pelo Administrador. O Fundo e a emissão de suas Quotas serão registrados perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

13.4.1. No ato de subscrição das Quotas do Fundo, representativas do Patrimônio Inicial e/ou de Novas Quotas, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos de "Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização", que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento") e (iii) receberá exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento e neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento.

INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

13.5. As Quotas do Fundo serão integralizadas conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos deste Regulamento e do Compromisso de Investimento.

13.5.1. Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento (o valor que venha a ser efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas, o "Capital Integralizado").

43

[assinatura]

13.5.2. O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento ("Requerimento de Integralização").

13.5.3. Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

13.5.4. As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo ("Preço de Integralização").

13.5.5. O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta Cláusula Treze.

13.5.6. O procedimento disposto nos itens 13.5.2 a 13.5.5 acima será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, até que 100% (cem por cento) das Quotas subscritas tenham sido integralizadas pelos Quotistas.

13.5.7. Os Quotistas, ao subscreverem Quotas na forma do item 13.4 acima, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 13.5 e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 13.5 e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 13.6 abaixo.

INADIMPLÊNCIA DOS QUOTISTAS

13.6. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no item 13.6.1 abaixo, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista inadimplente (o "Quotista Inadimplente"), a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

(i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo; e

(ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, nos termos e condições do Compromisso de

Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

13.6.1. As consequências referidas no item 13.6 acima somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 15 (quinze) dias, na hipótese do subitem (i), ou de até 60 (sessenta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

13.6.2. Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido.

13.6.3. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas.

13.6.4. Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

13.7. As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Dez acima e o disposto neste item 13.7, sendo que o pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado de cada Quota pelos Quotistas.

13.7.1. Para fins de amortização de Quotas do Fundo, será considerado o valor da Quota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da Quota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas emitidas em circulação.

13.7.2. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

13.7.3. Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

13.7.4. Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembléia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas em circulação.

RESGATE DAS QUOTAS

13.8. As Quotas não são resgatáveis antes da liquidação do Fundo.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

13.9. As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas

Ag

por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos itens 13.9.1 ao 13.9.3 abaixo.

13.9.1. Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas no mercado secundário deverá aderir aos termos e condições deste Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador.

13.9.2. Não obstante o direito de preferência previsto no item 13.10 abaixo, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

13.9.3. O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta nos itens 2.1 e 2.2 deste Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas negociadas no mercado secundário.

13.10. Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas quotas ("Quotas Ofertadas"), deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

13.11. Ocorrendo a hipótese prevista no item 13.10, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.

13.12. Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

13.13. Após o decurso dos prazos previstos nos itens 13.11 e 13.12 acima e não havendo o exercício do direito de preferência por parte dos Quotistas sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá alienar a terceiros as Quotas Ofertadas, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Quotistas.

46 19

13.14. Se ao final do prazo previsto no item anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros, o procedimento previsto neste artigo deverá ser renovado.

13.15. O direito de preferência, nos termos do item 13.10 acima, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada ao Quotista alienante.

CLÁUSULA QUATORZE - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

14.1. Competirá exclusivamente à Assembléia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras que venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo;
- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas, observado o disposto nos itens 12.3 ao 12.5 acima;
- (vi) deliberar sobre o aumento na Taxa de Administração do Administrador;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de novos comitês e conselhos do Fundo;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que trata a Cláusula Quinze deste Regulamento e a celebração de contratos entre o Fundo e Partes Ligadas ao Administrador, quando não aprovadas expressamente na forma deste Regulamento;

(xii) eleger os membros do Comitê de Investimento, conforme disposto na Cláusula Onze deste Regulamento;

(xiii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo não previstas na Cláusula Dezesesseis deste Regulamento; e

(xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas, observado o disposto no item 13.7 acima.

14.1.1. Independentemente do disposto no subitem (ii) do item 14.1 acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

14.2. A convocação da Assembléia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência, escrita ou eletrônica, a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo tal correspondência conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

14.2.1. Independentemente da convocação prevista no item 14.2 acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

14.3. A Assembléia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

14.4. Somente poderão votar na Assembléia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito dos Quotistas do Fundo.

14.5. Terão qualidade para comparecer à Assembléia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

14.5.1. Os Quotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador antes da respectiva Assembléia Geral de Quotistas.

14.6. As deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas em circulação, observado ainda o disposto neste item e no item 14.7 abaixo.

14.6.1. A eleição dos membros do Comitê de Investimento deverá observar o disposto na Cláusula Onze deste Regulamento.

14.6.2. As deliberações de que tratam os subitens (ii) e (viii) do item 14.1 acima será aprovada por Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas em circulação.

14.6.3. As deliberações de que tratam os subitens (iv), (v), (vi), (vii) e (ix) do item 14.1 acima serão aprovadas por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação.

14.6.4. A substituição do Administrador, caso o mesmo venha a renunciar às suas funções, conforme descrito no item 3.4 acima, ou caso o mesmo seja destituído por ordem da CVM, deverá ser aprovada por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas em circulação.

14.6.5. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, deverá ser aprovada por Quotistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas com direito a voto. Na deliberação referente a esse assunto, as Quotas de titularidade do Administrador ou de Partes Ligadas ao Administrador não terão direito a voto.

CLÁUSULA QUINZE – DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSE

15.1 Para os fins deste Regulamento, são consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo (as “Partes Ligadas”):

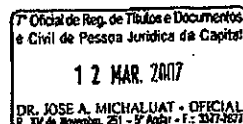
(i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou

(ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.

15.2. Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto neste Regulamento.

15.3. Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, exceto nos casos previstos no item 15.4 abaixo.

47



15.3.1. Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas reunidos em assembléia geral, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com percentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) os membros do Comitê de Investimento e Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com percentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:
 - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

15.3.2. Salvo aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do item 15.3.1 acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

15.4. Os contratos de prestação de serviços entre o Administrador (ou qualquer Parte Ligada ao Administrador) e as Companhias Investidas poderão ser celebrados sem a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral de Quotistas, desde que seus valores não ultrapassem, individualmente ou em conjunto, 1,0% (um por cento) ao ano do montante investido pelo Fundo e por outros acionistas na respectiva Companhia Investida.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS ENCARGOS DO FUNDO

16.1. Constituirão encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Ações integrantes da Carteira do Fundo;

47

- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) despesas com correspondência do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (x) taxas de controladoria e de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso; e
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima.

16.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento.

47

16.3. O Administrador poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que eventualmente tenham sido subcontratados pelo Administrador, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17.1. O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

17.2. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM.

17.3. O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

17.4. As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

17.5. Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos deste Regulamento.

17.6. No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições deste Regulamento. Inicialmente, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços transacionados no mercado, nos casos de ativos líquidos ou, quando preços de mercado não puderem ser aferidos, de acordo com os seguintes critérios:

(i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;

(ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador,



44

devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários nos termos previstos no item 17.7 abaixo; e

(iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo.

17.7. Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no item 17.7.1 abaixo, nas seguintes situações:

- (i) periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses;
- (ii) no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de Novas Quotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas Novas Quotas;
- (iii) após 12 (doze) meses contados da data da Primeira Emissão, sempre anteriormente à conclusão de operação envolvendo a emissão e distribuição de Novas Quotas, caso não tenha sido feita reavaliação nos últimos 3 (três) meses;
- (iv) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e
- (v) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão de processo de destituição do Administrador sem justa causa, nos termos do item 3.5.2 acima.

17.7.1. Em qualquer das situações previstas no item anterior, a reavaliação dos Valores Mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado ("Estudo de Avaliação"). O Estudo de Avaliação deverá ser feito por empresa especializada na referida metodologia de avaliação de empresas, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima ("Agente de Avaliação").

17.7.2. A escolha do Agente de Avaliação deverá ser feita em reunião do Comitê de Investimento, nos termos da Cláusula Onze deste Regulamento, dentre 3 (três) empresas indicadas pelo Administrador que atendam à qualificação indicada no item acima. Caso os membros do Comitê de Investimento indicados acima não compareçam à reunião e/ou não cheguem à uma conclusão sobre a aprovação de um dos três nomes indicados pelo Administrador, ficará a cargo do Administrador escolher um dos três nomes para ser o Agente de Avaliação. Uma vez definida a empresa que será o Agente de Avaliação, ficará a cargo do Administrador contratar tal empresa, às expensas do Fundo. O resultado do

Estudo de Avaliação será aceito por todos os Quotistas e pelo Administrador e será válido para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DEZOITO - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

18.1. O Administrador deverá divulgar a todos os Quotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, desde que não sejam informações sigilosas referentes às Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas que tenham sido obtidas pelo Administrador ou pelo Comitê de Investimento sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos das Companhias Investidas.

18.2. O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) número de quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

- (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
- (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e
- (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;

- (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
- (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

18.3. As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

19.1. A liquidação do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo que não sejam admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 13.7.4 acima.

19.1.1. Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

19.2. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

19.3. O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

Handwritten signature and initials

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) mediante deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Quatorze; e/ou
- (iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira acima.

19.4. O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos na Cláusula Dezesete.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


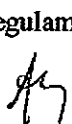
20.1. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Comitê de Investimento e os Quotistas.

20.2. O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

20.3. Os Quotistas do Fundo deverão manter (i) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo Administrador e/ou pelo Comitê de Investimento, que fundamentem as decisões de investimento do Fundo, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões; (ii) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas; e (iii) os documentos relativos às operações do Fundo, sob absoluto sigilo e confidencialidade, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo com o consentimento prévio e por escrito do Administrador ou se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que nesta última hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

20.4. Para todos os meses de correção dos valores previstos neste Regulamento, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*. Não será devida qualquer compensação financeira após a divulgação da variação acumulada do IPCA para o mês em questão.

20.5. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o regulamento da referida Câmara."



GLOSSÁRIO – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO REGULAMENTO

Para fins de referência, as expressões utilizadas em letra maiúscula no texto deste Regulamento terão o seguinte significado:

Administrador:	Pátria – Banco de Negócios, Assessoria, Gestão e Participações Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.145.646/0001-80
Agente de Avaliação:	empresa especializada na elaboração do Estudo de Avaliação, que deverá ser uma das maiores empresas de auditoria e/ou consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época da respectiva reavaliação dos Valores Mobiliários.
BOVESPA:	Bolsa de Valores de São Paulo.
Capital Comprometido:	montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento.
Capital Integralizado:	valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas.
Carteira:	total de recursos e investimentos do Fundo, composta nos termos do item 8.2 deste Regulamento.
Co-Investimento:	composição de recursos do Fundo com recursos de investidores financeiros e/ou estratégicos a fim de viabilizar investimentos.
Comitê de Investimento:	comitê formado por 3 (três) membros, para realização das atividades previstas no item 11.4 deste Regulamento.
Companhias Alvos:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo.
Companhias Investidas:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo.
Compromisso de Investimento:	“Instrumento Particular de Compromisso de Investimento”, que será assinado pelo investidor na

data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas.

CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Estudo de Avaliação:	relatório de avaliação econômico-financeira, que deverá utilizar a metodologia de fluxo de caixa descontado, a fim de reavaliar os Valores Mobiliários da Carteira do Fundo, nas hipóteses previstas no item 17.7 deste Regulamento.
Fundo:	Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Novas Quotas:	Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão, nos termos do item 12.3 deste Regulamento.
Outros Ativos:	Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa e/ou referenciado DI, e/ou títulos públicos federais.
Partes Ligadas:	(i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no item (i) acima participem com 10% ou mais do capital social, direta ou indiretamente.
Patrimônio Autorizado:	autorização para aumento do patrimônio do Fundo até o limite previsto no item 12.1 abaixo, independentemente de reforma do Regulamento.
Patrimônio Inicial:	montante mínimo a ser subscrito para funcionamento do Fundo, conforme previsto no item 12.2 do Regulamento.
Período de Investimento:	período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 5 (cinco) anos, nos termos do item 9.1 do Regulamento.

45

Preço de Emissão:	valor correspondente a R\$1.000,00 (mil reais) por cada Quota, na Primeira Emissão.
Preço de Integralização:	preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento.
Primeira Emissão:	primeira emissão de Quotas do Fundo, a ser composta por, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Quotas.
Quotas:	frações ideais do patrimônio do Fundo.
Quotas Ofertadas:	as Quotas colocadas à venda por qualquer Quotista a terceiros, nos termos do item 13.10 do Regulamento.
Quotista Inadimplente:	Quotista que descumprir, total ou parcialmente, a obrigação de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização.
Quotistas:	investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que tenham subscrito Quotas do Fundo.
Requerimento de Integralização:	notificação encaminhada pela Administrador ao Quotista, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas subscritas.
Taxa de Administração:	parcela fixa de remuneração devida ao Administrador pela administração do Fundo e gestão da Carteira, calculada nos termos do item 4.2 deste Regulamento.
Taxa DI	taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI Over "Extra Grupo", expressa na forma percentual, apurada e divulgada diariamente pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Valores Mobiliários:	ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários adequados a exigências específicas das Companhias Alvo, que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo.

Anexo III ao Prospecto
Cópia das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo em 31 de dezembro de 2007



**Pátria Energia - Fundo de Investimento
em Participações
(CNPJ nº 08.486.528/0001-24)
(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2007**



Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2007

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstração das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 14



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Cotistas e ao Administrador do
Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações
(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)
São Paulo - SP


Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações em 31 de dezembro de 2007 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido, correspondente ao período de 7 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2007, elaborada sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações em 31 de dezembro de 2007 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes ao período de 7 de março a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

20 de março de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

em 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Espécie/ forma	Quantidade	Cotações Lote de mil	Valor atual	% sobre Ativo
Disponibilidades				<u>3</u>	<u>0,01</u>
Banco conta movimento				3	0,01
Certificado de Depósito Bancário				<u>792</u>	<u>1,92</u>
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.		760		792	1,92
Cotas de fundos de investimento				<u>684</u>	<u>1,66</u>
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Premium	Cotas	182.177,588		684	1,66
Ações				<u>39.790</u>	<u>96,41</u>
Empresa de Investimento em B1Energias Renováveis S.A.	ON	39.789.997	1,00	39.790	96,41
Total do ativo				<u>41.269</u>	<u>100,00</u>
Valores a pagar				<u>(16)</u>	<u>(0,04)</u>
Taxa de administração				(14)	(0,04)
Taxa de controladoria				(1)	-
Outros				(1)	-
Patrimônio líquido				<u>41.253</u>	<u>99,96</u>
Total do passivo				<u>41.269</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Demonstração das evoluções do patrimônio líquido

Período de 7 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2007

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Constituição	
Total de 117,600 cotas - R\$ 1.011,5105941 cada uma	119
Cotas emitidas	
Total de 39.537,109 cotas	<u>40.939</u>
Patrimônio líquido antes do resultado do período	<u>41.058</u>
Resultados do período	
Receitas	<u>551</u>
Rendas de títulos e valores mobiliários	550
Resultado com transações de títulos e valores mobiliários	1
Despesas	<u>(356)</u>
Taxa de fiscalização	(8)
Taxa de administração	(114)
Taxa de controladoria	(8)
Taxa de custódia	(15)
Assessoria jurídica	(26)
Taxa de registro - CVM	(166)
Outras despesas	(19)
Resultado do período	<u>195</u>
Patrimônio líquido no final do período	
Total de 39.654,709 cotas - R\$ 1.040,313963 cada uma	<u><u>41.253</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 7 de março (início das atividades) a 31 de dezembro de 2007

1 Contexto operacional

O Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações ("Fundo") foi constituído em 2 de março de 2007, sob a forma de condomínio fechado, tendo iniciado suas atividades em 7 de março de 2007. Tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimentos em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas, que atuem preponderantemente no setor de energia, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando do bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

O Fundo terá prazo de duração de dez anos, da data de registro na Comissão de Valores Mobiliários, havendo possibilidade de prorrogação mediante proposta do Administrador ou deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

A gestão da carteira e administração do Fundo são realizadas pelo Pátria Investimentos S.A.

As aplicações do Fundo não contam com a garantia do Administrador/Gestor ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), e estão sujeitas a riscos de investimento, incluindo a possibilidade de perda do principal investido.

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a fundos de investimento.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Cotas de fundos de investimento

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, pelo valor da cota divulgada pelos respectivos administradores.

b. Títulos privados

Os títulos privados são avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas das eventuais provisões de crédito.

c. Ações sem cotação em bolsa

As ações são avaliadas pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor patrimonial, a critério do Administrador; os valores mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados conforme previsto no Regulamento, nas seguintes situações:

- i. Periodicamente, sempre que o Administrador entender necessário, mas respeitando um intervalo não inferior a 12 (doze) meses;
- ii. No período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao início de processo de distribuição de novas cotas, por iniciativa do Administrador, caso esse entenda tal reavaliação necessária para fins de estruturação do processo de distribuição das referidas novas cotas;
- iii. Após 12 (doze) meses contados da data da primeira emissão, sempre anteriormente à conclusão de operação envolvendo a emissão e distribuição de novas cotas, caso não tenha sido feita reavaliação nos últimos 3 (três) meses;
- iv. No prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo; e
- v. No prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à conclusão do processo de destituição do Administrador sem justa causa, nos termos do Regulamento.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em qualquer das situações previstas acima, a reavaliação dos valores mobiliários será feita com base em relatório de avaliação econômico-financeira utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado.

No período as ações foram avaliadas pelo seu custo de aquisição.

4 Distribuição de resultados

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas cotas. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das cotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, ou a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em virtude de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Quaisquer distribuições a título de amortização de cotas deverão abranger todas as cotas integralizadas do Fundo, em benefício de todos os cotistas.

5 Período de investimento

O Fundo terá um período de investimento em Valores Mobiliários ("Período de Investimento") que se iniciará da data da Primeira Emissão e se estenderá por cinco anos.

A Assembléia Geral de Cotistas, por recomendação do Administrador, e mediante aprovação prévia do Comitê de Investimento, poderá encerrar o Período de Investimento antecipadamente; ou prorrogar o Período de Investimento por até dois períodos adicionais de um ano.

O Administrador poderá após o término do Período de Investimento exigir integralizações remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamentos:

- i. De compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida e aprovados pelo Comitê de Investimento antes do término do Período de Investimento;

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

- ii. Dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- iii. De aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso, e desde que tal aquisição seja aprovada pelo Comitê de Investimento.

6 Comitê de investimento

O Fundo tem um Comitê de Investimento, formado por três membros. As decisões do Comitê de Investimento serão necessariamente executadas pelo Administrador.

Os membros do Comitê de Investimentos têm mandato de um ano, podendo renunciar ao cargo ou ser substituído antes do término de tal prazo.

Os membros do Comitê de Investimento são eleitos de acordo com os seguintes procedimentos: (i) 01 (um) membro indicado pelo Administrador; e (ii) 02 (dois) membros eleitos pela Assembleia Geral de Cotistas.

7 Emissão, subscrição, integralização e amortização das cotas

O patrimônio autorizado do Fundo é de até R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), representado por até 200.000 (duzentas mil) cotas.

O patrimônio inicial do Fundo, após a primeira emissão de cotas, consistia de 34.551 (trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e uma) cotas. O prazo máximo para integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial será de cinco anos, a contar da respectiva data de registro da primeira emissão na CVM.

As cotas do Fundo são integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Cotistas do Fundo.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Os cotistas terão direito de preferência para subscrição de novas cotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência, poderá ser exercido apenas na Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

O Fundo promoveu ao longo do ano duas emissões de cotas, a primeira de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de reais) e a segunda de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais).

O preço unitário de emissão de novas cotas nos primeiros seis meses após o dia 1º de janeiro de 2007 refletiu o valor de R\$ 1.000 (mil reais), atualizado pela taxa de juros correspondente à variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI Over "Extra Grupo", expressa na forma percentual, apurada e divulgada diariamente pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A taxa DI foi calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 dias úteis.

O preço unitário de emissão de novas cotas após o prazo definido acima, será o maior dentre os seguintes valores: (i) o valor do patrimônio líquido do Fundo calculado de acordo com o disposto no Regulamento, dividido pelo número de cotas emitidas em circulação na data de deliberação de cada emissão de número de cotas; ou (ii) o valor que venha a ser obtido pelo Administrador perante investidores interessados em adquirir novas cotas do Fundo.

Houve as seguintes subscrições e respectivas integralizações ao longo do ano:

Quadro de cotas integralizadas			
Data subscrição	Valor unitário	Cotas integralizadas	Valor Integralizado (R\$)
01/01/07	1.011,51	19.662,01	19.888.335,87
26/02/07	1.020,41	115,72	118.080,03
25/05/07	1.055,87	14.773,85	15.599.264,19
23/07/07	1.068,48	<u>5.103,13</u>	<u>5.452.588,72</u>
		<u>39.654,72</u>	<u>41.058.268,81</u>

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Cotistas será feita exclusivamente mediante amortização parcial e/ou total de suas cotas, sendo que o pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado de cada cota pelos Cotistas.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para fins de amortização de Cotas do Fundo, será considerado o valor da cota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da cota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de cotas emitidas em circulação.

As cotas não são resgatáveis antes da liquidação do Fundo.

8 Taxa de administração

A taxa de administração será equivalente a 1% ao ano, devendo ser reduzida para 0,1% no caso e durante o período em que o Administrador receber remuneração, pela prestação de outros serviços, de qualquer Companhia Investida, e será calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, descritos a seguir:

- i. No primeiro período de cobrança da Taxa de Administração, que terá duração desde a data da subscrição da totalidade do Patrimônio Inicial até o encerramento do Período de Investimento a Taxa de Administração será calculada sobre o valor do Capital Comprometido, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, provisionada diariamente, por dia útil e paga mensalmente no quinto dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador.
- ii. No segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no quinto dia útil do mês subsequente aos dos serviços prestados pelo Administrador.

9 Custódia dos ativos integrantes da carteira

Os títulos privados estão registrados na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e o controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade dos respectivos administradores. A custódia dos títulos e valores mobiliários são de responsabilidade do Banco Bradesco.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

As ações da Empresa de Investimento em B1 Energias Renováveis S.A ("ERSA"), detidas pelo Fundo, são escrituradas pelo Banco Bradesco S.A.

10 Evolução do valor da cota e rentabilidade

A rentabilidade do Fundo no período foi a seguinte:

Período	Valor da cota - R\$	Variação % (*)
07/03/2007	1.011,510594	
31/12/2007	1.040,313963	2,85

(*) A variação da cota não representa verificação eficaz da rentabilidade do Fundo, considerando que os investimentos estão registrados ao custo de aquisição. A rentabilidade do Fundo será objeto de aferição objetiva por ocasião da realização financeira dos investimentos e do encerramento e liquidação do mesmo.

11 Tributação

a. Imposto de renda

Nas amortizações ou no resgate das cotas, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor da amortização ou do resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15%.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

b. IOF (Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro de 2007)

O art. 32 do Decreto nº 6.306/07 determina a incidência do IOF à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias decorridos entre a aplicação e o resgate das cotas, conforme a tabela anexa ao Decreto nº 6.306/07. Para os resgates efetuados a partir do 30º dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

12 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que o Administrador, no período, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados que não aos serviços de auditoria externa referentes a este Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

13 Contrato de prestação de serviços de controlaria para o fundo

O Administrador contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de custódia controladoria e contabilidade de ativos da carteira do Fundo e tesouraria, relativos a este Fundo, de acordo com as normas Legais e Regulamentares.

14 Alterações estatutárias

Na Assembléia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 2 de março de 2007 foi aprovada a nova versão do regulamento do Fundo, conforme exigências elaboradas pela Comissão de Valores Mobiliários e alterações espontâneas dos cotistas, bem como a eleição dos membros do Comitê de Investimento do Fundo.

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações

(Administrado pelo Pátria Investimentos S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Na Assembléia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 6 de julho de 2007 foi aprovada a segunda emissão de cotas do Fundo a ser composta por até R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) em cotas. As cotas foram subscritas pelo valor unitário de R\$ 1.068,48.

* * *

Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh
Diretor

Anexo IV ao Prospecto
Cópia das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Fundo em 30 de junho de 2008

Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações
 (Administrado pelo Pátria- Banco de Negócios - Assessoria, Gestão e Participações Ltda.)

**Demonstração da composição e diversificação
 das aplicações em 30 de junho de 2008**

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificações	Espécie/ Forma	Quantidade	Cotações Lote de mil ou preço unitário (*)	Valor atual	% sobre Ativo
Disponibilidades				<u>71</u>	<u>0,04</u>
Banco conta movimento				71	0,04
Cotas de fundos de investimento				<u>1.711</u>	<u>0,98</u>
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Premium	Cotas	432.803,159		1.711	0,98
Ações				<u>173.000</u>	<u>98,98</u>
Empresa de Investimento em Energias Renováveis S.A	ON	172.999.997	1,00 *	173.000	98,98
Total do ativo				<u>174.782</u>	<u>100,00</u>
Valores a pagar				<u>17</u>	
Taxa de administração				14	
Taxa de controladoria				1	
Outros				2	
Patrimônio líquido				<u>174.765</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido				<u>174.782</u>	

As notas explicativas do Administrador são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo V ao Prospecto

Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

DECLARAÇÃO

PÁTRIA INVESTIMENTOS S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.145.646/0001-80, na qualidade de administrador ("Administrador") do **PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 ("Fundo"), neste ato representado por seu Diretor, Sr. **Otávio Lopes Castello Branco Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.000.700-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.240.348-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, vem por meio desta declarar, nos termos do *caput* e §5º, art. 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o prospecto da terceira emissão de quotas do Fundo ("Prospecto") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

São Paulo, 05 de novembro de 2008.



PÁTRIA INVESTIMENTOS S.A.

Otávio Lopes Castello Branco Neto

Anexo VI ao Prospecto

Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

DECLARAÇÃO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, na qualidade de distribuidor ("Distribuidor") das quotas da terceira emissão do **PÁTRIA ENERGIA – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM n.º 391/03 ("Fundo"), neste ato representado por seu Diretor, Sr. **Maurício da Costa Ribeiro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 09738456-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.788.857- 97, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200 – Bloco 4 – Sala 514, Barra da Tijuca, vem por meio desta declarar, nos termos do § 5º, art. 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o prospecto da terceira emissão de quotas do Fundo ("Prospecto") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, nos termos do § 1º, art. 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo.

São Paulo, 03 de Fevereiro de 2009.



PENTÁGONO S.A. DTVM
Maurício da Costa Ribeiro